Interpretação – entre o individual e o social

Nicholas explicou demoradamente a construção histórica e o significado da oposição entre as noções de *Lumen naturae* e *Lumen naturale*, usada pela filosofia alemã do século XIX para contestar a Razão científica através do reconhecimento da existência da subjectividade.

*Lumen naturale* é uma noção medieval que presume a inspiração divina da cognição e, portanto, uma fonte singular e única da sabedoria que depois é reinterpretada pelos melhores interpretes, mas jamais criada.

*Lumen naturae* é uma contra noção que inspirará a ruptura renascentista e Iluminista, com origem na época dos [Descobrimentos](http://lightofnature.net/about/), utilizada para dar prioridade à experiência pessoal como forma de produzir conhecimento válido, posteriormente utilizada por Jung para discutir o sentido psicológico de consciência.

Não sou capaz de reproduzir nem sequer as linhas gerais da interessante descrição de Nicholas sobre os conflitos intelectuais dos últimos quinhentos anos, no ocidente, que opuseram a modo centralizado de difundir conhecimento validado superiormente e a ideia da criatividade estar relativamente igualmente distribuída pelas pessoas. Recordo das referências à Reforma de Lutero, aos seus antecedentes cem anos antes, com os movimentos religiosos e camponeses na República Checa, e o modo como o banimento dos ícones terá a ver com a substituição da linguagem oral erudita, a retórica, pela linguagem escrita e acessível a todos e cada um. Recordo também as referências à retoma, por parte dos protestantes vencedores e reconhecidos, das práticas de centralização cognitiva que caracterizavam os seus adversários católicos, perdendo assim a plasticidade cognitiva anterior e cristalizando o conhecimento centralizado novamente.

A ideia de haver os teóricos (teólogos ou cientistas) e os práticos (copistas ou profissionais que aplicam os saberes produzidos por outros) por oposição à abertura de espaços de criatividade para todos e cada um, foi associada à oposição vivida entre a música clássica como processo de interpretação do cânon e a improvisação necessariamente subjectiva, produzida sem pensar, fisicamente, com base na música clássica, praticada por Nicholas, como quem faz yoga, tai chi, ou outro qualquer exercício físico que estimula a mente sem a reduzir à obediências às próteses cognitivas – o que está escrito pelos escritores publicados.

O discurso de Nicholas pressupôs o confronto de duas concepções de natureza: externa e opressora versus processual e expressiva. O que lhe parece que tem conduzido as lutas cognitivas é a exigência mantida sobretudo por alguns de respeito pela subjectividade de todos, persistentemente combatida por instituições opressoras, capazes de usar as tecnologias cognitivas, como os livros, a censura, para impor doutrinas unificadas e necessariamente falsas, sobretudo por não admitirem a liberdade em que vivem as pessoas, em diálogo íntimo corpo mente.

A inspiração de Nicholas na sua descrição-interpretação das grandes batalhas intelectuais da nossa história recente é a psicologia de Jung.

Portanto, Nicholas usa uma das disciplinas mais importantes das ciências sociais e um dos seus mestres para contestar o valor da ciência, a possibilidade sequer de haver algum consenso cognitivo que não seja opressivo. Por outro lado, usa a mesma psicologia para explicar a radicalidade da necessidade de subjectividade criativa, independente, experimentalmente íntima, irrepetível, a que por definição nenhuma ciência, nenhuma razão, nenhuma semelhança pode ser outra coisa que não seja uma ilusão.

Tendo começado estes encontros por apresentar a tese da utilidade negativa das ciências sociais para produzir conhecimentos, claro, estou interessado em demonstrar a inutilidade da psicologia para o fazer, também, como qualquer outra disciplina das ciências sociais, apenas pelo facto de ser disciplina.

A subjectividade radical de que fala Nicholas, para valorizar a improvisação e contestar o valor da interpretação, por um lado não é necessária e, por outro lado, é contraditória com a reclamação de semelhança das pessoas no acesso à criatividade. É também contraditória com a ideia de haver uma concepção de natureza mais realista, em que as pessoas e a humanidade estão envolvidas, e a concepção de natureza como externa à humanidade e que, por isso, deve ser combatida.

A interpretação – nisso estamos de acordo – decorre do estado mental em que as pessoas se encontram: ela pode ser seguidista, procurando ser fiel ao autor e diminuindo tanto quanto possível a subjectividade do artista, o que não pode ser feito completamente (ficaria parado, nesse caso). A interpretação pode ser subjectivista, sendo o autor usado como estímulo para o artista viver a sua própria experiência musical, ou de outro género. Mais do que uma oposição, teoricamente, há um continuo entre estas duas mentalidades interpretativas. De um lado o seguidor, apaixonado pela obra do autor perante o qual quer ser fiel, e, do outro lado, o autor apaixonado pela sua própria existência e/ou ideia se superação de si mesmo com vontade de a transmitir, ao menos a si próprio. A autoria, a teoria, neste sentido, é um acto interpretativo que aspira a ser perfeito, repetido, reconhecido, fixado, o que só raramente acontece e, quando acontece, não depende apenas do autor. Não há autor sem editor e publicista, mesmo quando estas diferentes funções são cumpridas pela mesma pessoa.

Portanto, o reconhecimento da igualdade potencial (diria genética, para ser mais preciso) das pessoas entre si será socialmente potenciada quando se reconhecer a autoria como uma forma particular de interpretação socialmente elevada ao dogma, como forma de construção e legitimação das elites. A psicologização da subjectividade radicalizada, que faz a psicologia, exige um isolamento de cada pessoa, incomunicante. O que, por um lado, não é realista e, por outro lado, é a própria essência da ideologia burguesa, na tradição da ideologia imperial dos heróis que cuidam de si mesmos como se cuidassem dos seus povos (Foucault, 2004). A subjectividade sem mais, sem comunicação e aprendizagem, nem história social da construção das identidades pessoais, na sua pluralidade, mobilizáveis em situações diversas de diferentes modos (o improvisador, Fernando Pessoa, por exemplo, pode sujeitar-se à dominação económica dos seus empregadores, como qualquer funcionário; mas em tempos existenciais distintos e estanques entre si) é uma ficção da psicologia para servir a culpa da impotência individual na luta contra o império, actualmente burguês e capitalista.

O individuo subjectivo por efeito das relações que se estabelecem entre o corpo e a mente singulares é inexistente. E se existisse seria mais do que autista, seria Deus capaz de se criar a si próprio. A figura mais radical de autor, que o Nicholas, bem, quer combater como opressora.

A ciência deve ser capaz de pensar o social como parte da natureza e, portanto, como parte dos corpos humanos individuais, em fluxos contínuos, entre a vida e a morte não apenas de cada ser humano mas de toda a humanidade integrada na natureza, a que a espécie humana deu tecnologias, como as tecnologias intelectuais, os cadernos, os livros, a internet. Com consequências práticas nos modos de expressão, de que falou Nicholas, e também naquilo que se pode pensar e é mais difícil pensar, em função das condições tecnológicas e sociais do momento.

Se isto faz sentido, quer dizer que alguma coisa em comum existe entre as pessoas, quanto mais não seja as disposições oponíveis entre interpretar com fidelidade a obra autoral ou desconstrui-la ao sabor da vontade não pensada do interprete. Isto é, não será possível fazer a ciência da singularidade de cada interpretação e da densidade subjectiva que a acompanha, sempre de forma renovada de cada vez que a acção se produz. Mas é perfeitamente possível, como de resto fez Nicholas a respeito da explicação da perenidade histórica da oposição entre *Lumen naturae* e *Lumen naturale*, reconhecer estes dois estados de espírito presentes nas pessoas singulares e também em diferentes épocas, eventualmente na base de movimentos sociais. Isto é: a adopção de uma perspectiva de tipo criacionista (na biologia) nas ciências sociais, como a que suscita a ideia de pensar cada individuo isolado do mundo, numa subjectividade radical, impede e é incompatível com a generalização científica. Postula a singularidade radical de cada ser ou fenómeno, com a sua razão. A mesma água não passa por de baixo da mesma ponte mais de uma vez. Essa razão, porém, é a razão da impossibilidade do conhecimento, manifestamente exagerada.

O conhecimento é possível e enriquecedor. Prova-o os esforços titânicos para parar o avanço da ciência a respeito do social, protagonizados pelas ciências sociais, divididas e subdivididas em disciplinas incomunicantes entre si, com os seus autores geniais mas incapazes de serem utilizados para fins de melhor sociabilidade. Cabe-nos encontrar caminhos científicos para pensar e descobrir o social, nomeadamente classificando e caracterizando estados de espírito que são ensinados, reproduzidos, utilizados, manipulados, matizados, regularmente, praticamente, empiricamente, sem que haja disso consciência. Essa falta de consciência científica sobre a existência de estados de espírito – subjectividades partilhadas e interpretadas pessoal e colectivamente – é útil à dominação, que trata disso de forma inconsciente. O que possibilita a manutenção do império de forma inconsciente, o que é o mesmo que dizer permite os trabalhos intensos de manutenção da elites, sem que as oposições igualitárias que vigam, aqui e ali na história, sejam capazes de as abolir, em vez de as substituir.

Foucault, M. (2004). *A Hermenêutica do Sujeito* (1a ed. 200). São Paulo: Martins Fontes.